



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público



Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público

RCPG

1º Trimestre/2019

Brasília, DF.

RCPG-2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcos Montes Cordeiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL

José Calazans dos Santos
Alexandra Holanda Jaber
Débora Teles Moreira de Matos
Divino Lúcio de Almeida
Emerson Costa Nogueira Sousa
Jaqueline Pereira de Faria Silva
José Maria Magalhães Dias
Mauricio Teixeira de Sousa
Norma de Deus e Costa
Renata de Oliveira Pinheiro

DIVISÃO DE TOMADA DE CONTAS

Maria de Fátima Álvares Duarte
Alan Rodrigues Pinheiro
Paulo Alves de Santana Neto
Samya Carolina Soares Costa



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Sumário

Contexto Operacional.....	07
Declaração do Contador	09
Notas Explicativas	11
1 – Base de Preparação das Demonstrações	11
2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	11
3 – Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	17
4 – Mudanças de Estrutura Administrativa	17
5 – Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis	19
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	23
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais	25
Nota nº 003 – Provisões	27
Nota nº 004 – Imobilizado	29
Nota nº 005 – Intangível	33
Nota nº 006 – Investimentos	35
6 – Demonstrativos Contábeis do MAPA.....	38
a) Balanço Orçamentário.....	38
b) Balanço Patrimonial.....	39
c) Demonstração da Variação Patrimonial.....	40
d) Balanço Financeiro.....	41
e) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	42
f) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.....	43



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGU	Advocacia Geral da União
BB	Banco do Brasil
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGAq	Coordenação-Geral de Aquisições
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GF	Gestor Financeiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFDA/GO	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Goiás
LFDA/MG	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Minas Gerais
LFDA/PA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará
LFDA/PE	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Pernambuco
LFDA/RS	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul
LFDA/SP	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de São Paulo
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária; pelo fomento do agronegócio; produção e fomento agropecuário no tocante a agricultura, pecuária, agroindústria, agroenergia, florestas plantadas, heveicultura, aquicultura e pesca; política nacional pesqueira e aquícola; estoque reguladores e estratégicos; defesa agropecuária; pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria; conservação e proteção de recursos energéticos; assistência técnica e extensão rural; irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária; informação meteorológica; desenvolvimento rural; políticas e fomento da agricultura familiar; reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas; conservação e manejo do solo; cooperativismo e associativismo na agricultura, pecuária, aquicultura e pesca; energização rural e agroenergia; negociações internacionais nos temas de agricultura, pecuária, aquicultura e pesca e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de seis secretarias, uma secretaria especial e um serviço florestal, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e uma autarquia federal o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que abrigam a quantidade de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas que atuam sob ingerência e coordenação do Mapa. Também são entes descentralizados do ministério, organizados sobre a forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Além disso, o ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é organizado em secretarias, responsáveis pelos diferentes setores do agronegócio nacional:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Declaração do Contador:

O Contador Geral responsável pelo Mapa o qual está à frente da Coordenação de Contabilidade (CCONT) sob a gerência do Departamento de Administração (DA) considerando que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstrações das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MAPA, exceto no tocante as ressalvas apontadas na conformidade contábil do mês de dezembro.

Dentre outras as distorções mais relevantes em nível do Ministério são:

- a) No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos civis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, Conab e Embrapa, existem estas provisões e as demais;
- b) No Mapa como administração direta existem quatro sistemas de controle patrimonial, são eles:
 - i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA) e nos Laboratórios Nacionais Agropecuário (Lanagro);
 - ii. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
 - iii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;
 - iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS está sendo utilizado somente pelo SFB.
- c) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deveriam ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados;
- d) A incorporação dos Órgãos da SEAP/PR e SEAD/PR ao Mapa advém com algumas impropriedades das quais relatamos a seguir as mais relevantes:
 - **BENS MÓVEIS e ALMOXARIFADO DA ex-SEAD** – sem controle por meio de Sistema de Controle Patrimonial próprio os valores não refletem o físico. Os saldos da ex-SEAD atual é de R\$ 82.794 (oitenta e dois milhões e setecentos e noventa e quatro mil reais) e foram transferidos em 18/04/2019 para a UG 130005 através das 2019NS000387, 2019NS000389, 2019NS000390, 2019NS000391 e 2019NS000392 para as devidas distribuições por localização. A CGLI está envidando esforços no sentido de localizar o máximo dos bens e aqueles não encontrados no que aquela Coordenação-Geral está propondo as responsabilizações necessárias;
 - **BENS IMÓVEIS DA ex-SEAD** – bens dominiais **Glebas** no valor R\$ 141.175.068 (cento e quarenta e um bilhões, cento e setenta e cinco milhões e sessenta e oito mil reais. Mediante isso destacamos nas Notas abaixo o conteúdo do 4º Trimestre/2018 para melhores esclarecimentos para este Órgão;
 - **BENS MÓVEIS DA ex-SEAP** – O valor total de bens móveis de R\$ 122.839 (cento e vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil reais) foram transferidos quando da transposição de saldos pela STN pelas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

2019NS000041, 2019NS000042 e 2019NS000043 de 26/02/2019 para a UG 130145 e esta por sua vez transferiu para as demais Unidades haja vista que esta nova UG não possui Patrimônio;

→ **BENS IMÓVEIS DA ex-SEAP** – As contas 123210203 - TERRENOS/GLEBAS, 123210601 OBRAS EM ANDAMENTO, 123210605 ESTUDOS E PROJETOS, 123210800 BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS, 123810200 DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS foram transferidos na mesma 2019NS000043 de 26/02/2019 que será transferido. Os demais bens imóveis que perfazem o total de R\$ 939.158 (novecentos e trinta e nove milhões, cento e cinquenta e oito mil reais) foram transferidos para várias Superintendências do Mapa por meio das 2019NL800001 a 2019NL800663 dos dias 01 e 02/04/2019.

- e) Dívida Ativa não Tributária registrada no Incra no valor de R\$ 138.870 (cento e trinta e oito milhões, oitocentos e setenta mil reais) não atualizada mensalmente conforme dispõe o Manual da Dívida Ativa da União;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Notas Explicativas:

1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanco Orçamentário (BO), o Balanco Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

No MAPA o encerramento do 1º Trimestre/2019 apresentou o valor de R\$ 8.002.965 (oito bilhões, dois milhões e novecentos sessenta e cinco mil reais) destacando o valor de R\$ 3.845.442 (três bilhões, oitocentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacaueira).

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. transferências concedidas;
- v. empréstimos e financiamentos concedidos;
- vi. adiantamentos; e



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

vii. valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Destacando no âmbito do MAPA, especificamente, na CONAB, o valor de R\$ 23.167 (vinte e três milhões, cento e sessenta e sete mil reais) referente a Clientes – Faturas/Dupl. a Receber – Prestação de Serviço.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MAPA a CONAB possui estoque de R\$ 516.186 (quinhentos e dezesseis milhões, cento e oitenta e seis mil reais) de Mercadorias em Armazéns de Terceiros.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. empréstimos e financiamentos concedidos;

O INCRA apresenta R\$ 6.186.818 (seis bilhões, cento e oitenta e seis milhões, oitocentos e dezoito mil reais) decorrentes de empréstimos concedidos a entidades financeiras; e

v. estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No MAPA não há estoques no Ativo Não Circulante.

vi. demais créditos e valores a longo

Saldo na Embrapa de R\$ 251.864 (duzentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil reais), referente a Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

f. Investimentos

São compostos por:

- i. participações permanentes;
- ii. propriedades para investimento; e
- iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

No âmbito do MAPA somente a Embrapa possui participações permanentes (MEP), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No MAPA os **Bens Móveis** no 1º Trimestre/2019 possui o valor líquido de R\$ 1.324.440 (um bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões e quatrocentos e quarenta mil reais), conforme discriminado abaixo:

	R\$ MIL
SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIA	63.620
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	916.442
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRÁRIA	356.136
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	926.068
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	109.806
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	16.625
SUBTOTAL	2.388.697
(-) Depreciação	(1.037.604)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(26.653)
TOTAL LÍQUIDO	1.324.440

No MAPA os **Bens Imóveis** no 1º Trimestre/2019 possui o valor líquido de R\$ 304.450.000 (trezentos e quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de reais), conforme discriminado abaixo:

	R\$ MIL
SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIA	8.323
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	145.369.425
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRÁRIA	158.690.547
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	837.757
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	344.295
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	3.264
SUBTOTAL	305.253.610
(-) Depreciação Acum./Amort. Acumulada – Bens Imóveis	(803.610)
TOTAL LÍQUIDO	304.450.000

→ Glebas

“O valor de R\$ 141.175.068.283,80 (cento e quarenta e um bilhões, cento e setenta e cinco milhões, sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos) registrado na conta 12.321.04.10 – Glebas, se refere aos imóveis sob gestão da Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL. A Serfal, vinculada à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), foi criada para executar a gestão da Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009, conhecido do Programa Terra Legal, que tem como objetivo promover a destinação e a regularização fundiária não destinadas na Amazônia Legal em terras públicas federais denominadas como Glebas Públicas Federais. Em síntese, para executar a regularização fundiária e o devido reconhecimento das



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

ocupações existentes, em acordo ao marco legal. A etapa inicial da Serfal é promover o georreferenciamento das Glebas Públicas Federais, e a partir deste procedimento verificar as áreas já destinadas, bem como o interesse do Governo Federal dentro dessas porções de terras, ou seja, para destinação futura de toda a área, seja sob o aspecto ambiental como floresta pública, unidades de conservação, seja sob o aspecto social, como terras indígenas, quilombolas, seja sob o aspecto de regularização fundiária, como a doação a municípios e regularização fundiária de particulares. Segundo a definição etimológica contidas nos dicionários de língua portuguesa e amplamente utilizado na área jurídica o termo “gleba”, parte sendo definida como substantivo feminino com mesma origem de aplicação aos termos torrão, terreno próprio para cultivar, sendo aplicada a terminologia para caracterização de espaços de terras rural ou urbana, tendo como finalidade identificar terreno ou porção de terra que ainda não foi dividida em lotes ou frações, nos moldes de parcelamento do solo ou loteamento. Neste sentido, interpreta-se que qualquer porção de área e que esteja sob a gestão do Estado brasileiro, a partir de seu devido registro público, como no caso de terras devolutas, estas porções de terras são reconhecida como parte integrante do patrimônio nacional, seja ela pertencente a qualquer nível do governo (Federal, Estadual ou Municipal), ganhando a denominação de Gleba Pública, em referência a quem deve disciplinar e organizar a destinação de seu parcelamento e uso. Como situação inicial, a Serfal realizou o reconhecimento aos ativos da União, a partir do lançamento ao SIAFI de 857 (oitocentos e cinquenta e sete) Glebas Públicas Federais com uma área total correspondente de 58,7 milhões de hectares, avaliadas no valor global de R\$ 145.506.073.937,26 (cento e quarenta e cinco bilhões, quinhentos e seis milhões, setenta e três mil novecentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos) ao Balanço Geral da União - BGU em 2017. Esse procedimento, seguiu as orientações do Ofício nº 84.522/2017-MP de 30 de outubro de 2017, e da rotina metodológica, elaborada por esta Subsecretária, para a valoração das glebas com o objetivo de contabilizar ao Patrimônio da União. Inicialmente destaca-se, a metodologia utilizada para o reconhecimento do valor patrimonial e contabilização das Glebas Públicas, a qual foi descrita no processo 54000.013346/2017-53, a partir da proposta de fluxo operacional estabelecida da seguinte forma: O registro contábil está sendo desenhado em três etapas: 1) registro global das glebas; 2) detalhamento contábil das glebas; e, 3) contabilização dos títulos de acordo com a gleba de referência. Em relação ao registro global das glebas, a Coordenação Geral Administrativa (SRFAA) junto à Coordenação Geral de Cartografia (SRFAC), realizou um levantamento e diagnóstico das Glebas Públicas, passíveis de registro contábil imediato ao Patrimônio da União. Para aplicar tal procedimento, fez-se necessário a consolidação das seguintes informações como apresentado quadro abaixo: Gleba Área (em Hectares) Município de referência da gleba/UF Código do SIGEF ou SNCR PPR Médio (definido pelo Incra) Valor da Gleba* = VTN-médio X Quantidade de Hectares por município = Valor da Gleba A obtenção do valor da gleba ficou definido a partir da aplicação da Planilha de Preços Referenciais – PPR atualizadas, encaminhadas pela Divisão de Análise e Estudo do Mercado de Terras (DTO-2) do INCRA, o qual também serve como base de cálculo do valor do título emitidos pelo Programa Terra Legal, sendo aplicado o Valor da Terra Nua Médio (VTN-médio) como parâmetro de referência para precificação das Glebas Públicas. O registro global das glebas diretamente no SIAFI surgiu da necessidade de dar o reconhecimento de forma célere, uma vez que o SPIUNet, sistema este sob o controle da Secretária do Patrimônio da União - SPU encontra-se em processo de aprimoramento, o qual terá como uma de suas funcionalidades o cadastramento de glebas e parcelamento, integrado a SPUNet – um módulo avaliação, que será alimentado diretamente pelo Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo Incra o que dará maior agilidade no processo contábil de forma individualizada das Glebas Públicas. Esse procedimento inicial permitiu a Subsecretária estruturar uma rotina metodológica para o lançamento contábil, dos imóveis titulados pela regularização fundiária, seguindo as orientações técnicas contábeis da Sead. A contabilização dos imóveis será realizada por ano de expedição do título de regularização fundiária de forma global e em conformidade as orientações do Ofício nº 84.522/2017-MP. A metodologia de registro global dos destaques por ano de titulação proposta teve por objetivo realizar um levantamento do reconhecimento de área titulada por Gleba Pública, de maneira que a organização das informações em planilhas eletrônicas e verificação de processos manualmente, tenha confiabilidade e ao mesmo tempo auxilie para aplicação da metodologia do ajuste de perdas relativo aos créditos a receber, descrita adiante:

METODOLOGIA DE REGISTRO DOS DESTAQUES DAS GPF

Ano titulação	Gleba	Município	Área (ha)	Valor da Terra Nua-VTN (R\$/ha)	Valor Total da Gleba (R\$)	Área *Titulada (ha)	Valor da Terra Nua – VTN (R\$/ha)	Valor da área titulada (R\$)
XXXX	A ₁	B ₁	C ₁	D ₁	E ₁	F ₁	D ₁	G ₁
							
	A _i	B _i	C _i	D _i	E _i	F _i	D _i	G _i



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Valor Total de destaque das glebas correspondendo a βt (valor final)

Onde:

$$G_i = (C_i - F_i) \times D_i$$

$$\beta t = G_1 + G_2 + \dots + G_i$$

Fonte: CONNOTEXP do SIAFI2019 “

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No MAPA o Intangível bruto é de R\$ 98.568 (noventa e oito milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais) dos quais R\$ 42.599 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e nove reais) já amortizados.

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfazem o valor de R\$ 1.037.604 (um bilhão, trinta e sete milhões e seiscentos e quatro mil reais) onde 62,69% desse valor está concentrado na Embrapa.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o valor de R\$ 721.131 (setecentos e vinte e um



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

milhões, cento e trinta e um mil reais) onde 38,12% desse valor está concentrado no Incra.

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. empréstimos e financiamentos;
- iii. fornecedores e contas a pagar;
- iv. obrigações fiscais;
- v. obrigações de repartições a outros entes;
- vi. provisões; e
- vii. demais obrigações.

No MAPA o Passivo Circulante e Não Circulante no total de R\$ 7.239.911 (sete bilhões, duzentos e trinta e nove milhões e novecentos e onze mil reais) onde 44,68% desse valor está concentrado na CONAB:

SEAD	43.890
MAPA	415.295
INCRA	2.256.418
EMBRAPA	965.634
CONAB	3.234.618
FUNCAFE	318.220
SFB	<u>5.836</u>
	7.239.911

l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA a CONAB possui financiamentos internos de Débitos Operações Especiais com o Tesouro Nacional decorrentes de prêmios de subvenção na ação e sustentação de preços na formação de estoques públicos há empréstimos e financiamentos internos e externos, saldo atual neste trimestre menos os reembolsos é de R\$ 1.131.344 (um bilhão, cento e trinta e hum milhões e trezentos e quarenta e quatro mil reais).

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. riscos trabalhistas;
- ii. riscos fiscais;
- iii. riscos cíveis;
- iv. repartição de créditos tributários;
- v. provisões matemáticas; e
- vi. outras.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

No âmbito do MAPA o valor de R\$ 331.365 (trezentos e trinta e um milhões e trezentos e sessenta e cinco mil reais), 76,56% refere-se a registros de provisões a curto e longo prazos na Embrapa e 23,44% na CONAB.

3. Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis ocorridas neste trimestre.

4. Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2019 a MP 870 e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério. A resultante é que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, que se encontrava na Estrutura da Casa Civil da Presidência da República passam a integrar o MAPA, com algumas adequações.
- b. Foram criadas as seguintes Unidades Gestoras para abarcar os saldos das Unidades da ex-SEAD, ex-SEAP:
 - 130144 SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
 - 130145 SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA
 - 130148 SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV.
 - 130149 SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
 - 130205 ITTO-OIMT-ORGANIZACAO INTER. DE MAD. TROPICAL
 - 130206 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
 - 130207 KFW SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
 - 130208 KFW SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - EXTERIOR
 - 130209 FUNDO AMAZONIA-SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO
 - 130210 PROJETO FIP/BID-INV.FLORES. NAC.NO CERRADO
 - 130211 PROJ.FIP/BID-INV.FLOR.NAC.NO CERRADO-EXTERIOR
 - 130212 PROJETO REGULAR.AMB.IMOV.RURAI S BIOMA CERRADO
 - 130213 PROJETO REGULAR.AMB.IMOV.RURAI S BIOMA CERRADO
 - 130214 SETORIAL PROG.ORCAMENTARIA E FINANCEIRA-SFB
 - 130215 PROJETO DOM HELDER CAMARA II - FIDA
 - 130216 PROJETO DOM HELDER CAMARA II - FIDA-EXTERIOR
 - 130217 PROJETO DOM HELDER CAMARA II - FIDA-EUROPA
 - 130218 PROJETO COMBATE A POBREZA RURAL
 - 130219 PROJETO DOM HELDER CAMARA
 - 130220 PROGRAMA CAD. TERRAS E REF. FUND. NO BRASIL
 - 130221 SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO
 - 130222 SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- 130223 SUBSECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRARIO
 - 130224 PROJETO MANEJO SUSTENTAVEL DE TERRAS DO SERTA
 - 130225 PROJETO FUNDO DE DESAFIOS - SEGUNDA ETAPA
 - 130226 SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
 - 130227 PROJETO BID 1633
 - 130228 PROJETO FIDA GEP FSP002BR
 - 130229 PROGRAMA FUNDO DESAFIO PDHC
 - 130230 SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DES.AGRARIO-SEA
 - 130231 SUBSEC. EXTR. DE REG. FUND. DA AMAZ. LEGAL
 - 130232 PROJETO DOM HELDER CAMARA II - FIDA
 - 130999 MAPA-DIFERENÇA CAMBIAL
- c. A Embrapa criou a UG 130143 – EMBRAPA/CNAT.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5. Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

- a) No subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” a variação positiva destacou-se pela incorporação de saldos no valor de R\$ 3.111.447.076,52 das Secretária Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Serviço Florestal Brasileiro e Fundo de Terras. A incorporação foi instituída pelo Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019. E também teve um aumento no órgão do Funcafé decorrente de alterações das normas de concessão dos financiamentos que possibilitaram um maior ingresso de recurso no primeiro trimestre de 2019. Até 2018 os maiores volumes ocorriam em abril/maio e outubro e novembro.
- A Embrapa e o Fundo de Terras destacam em aplicações extramercado em torno de R\$ 50.450 (cinquenta milhões e quatro e cinquenta mil reais).
- b) No subgrupo “Créditos a Curto Prazo” A variação aumentativa destacou-se com a incorporação de Empréstimos Concedidos a Receber do Fundo de Terras no valor de R\$ 836.303.796,43 que equivale 97% do total de Créditos a Curto Prazo;
- c) No subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” a variação destacou-se em duas contas: Crédito a Receber por Cessão de Créditos pela União no órgão da CONAB e Adiantamento - Termo Execução Descentralizada: refere-se ao registro da apropriação de ativo na Unidade descentralizadora e de passivo na Unidade Receptora do “TED”, decorrente de recursos orçamentários e financeiros não utilizados;
- d) No subgrupo “Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) Pagas Antecipadamente” ocorreu decréscimo de **(31,85)%** decorrente da amortização de despesas pagas antecipadamente na Embrapa e CONAB por pagamentos antecipados referente a título de prêmios de seguros, assinaturas e anuidades.

2. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

- a) No subgrupo “Créditos a Longo Prazo” a variação aumentativa destacou-se com a incorporação de saldos de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo do Incra e do Fundo de Terras. Os “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” apresentaram um acréscimo de 166,91% principalmente nos Órgãos Incra e Fundo de Terras advindos ao Mapa, por liberações financeiras mensalmente aos agentes financeiros, tais como: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- b) No subgrupo “Demais Créditos a Longo Prazo” a variação mais expressiva ocorreu com a incorporação de Créditos a Receber a Longo Prazo (Regularização) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no valor de R\$7.827.276.615,89, que equivale à 81% do total dos Demais Créditos a Longo Prazo.
- c) Dívida Ativa Não Tributária registrada no Órgão do Incra no valor de R\$ 138.870 (cento e trinta e oito mil, oitocentos e setenta mil reais) neste trimestre. Saldo de 2018: R\$ 138.870; saldo de 2017: R\$ 138.870, saldo de 2016: R\$ 138.707 e saldo de 2015: R\$ 63.308;
- d) Os “Investimentos” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- e) O “Imobilizado” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- f) O “Intangível” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

3. Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

- a) Os “Fornecedores e Contas a Pagar” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- b) As “Provisões de Curto Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- c) As “Demais Obrigações a Curto Prazo” As variações tiveram acréscimos de 810,43% decorrente principalmente de aumento no Órgão da CONAB em torno de 383,62% e demais incorporações dos Órgãos SEAD, INCRA e SFB ao Mapa.

4. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

- a) O subgrupo “Demais Obrigações a Longo Prazo” teve variação de acréscimo em torno de 2.182,64% com maior destaque na conta contábil “Entidades Privadas de Previdência” pelo registro em 27/03/2019 de contrato firmado com o CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social, com o reconhecimento da STN, SEST e PREVIC.;
- b) As “Provisões de Longo Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

5. Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- a) O “Resultados de Exercícios Anteriores” destacou-se uma variação de acréscimo em torno de 3.509% tendo em vista incorporação de saldos dos Órgãos; Incra, SEAD, SFB e Fundo de Terras. A variação positiva destaca-se com a incorporação dos Resultados Acumulados dos órgãos da Secretária Especial de Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma, Serviço Florestal Brasileiro e Fundo de Terras que corresponde a 52% do valor total dos Resultados Acumulados;
- b) No subgrupo “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)” a variação apresentada de 24,38% ocorreu no Órgão da EMBRAPA que reflete os valores transferidos pelo Mapa a título de Investimentos no período de janeiro a março de 2019, que por força de legislação são registrados na conta 2.3.2.0.2.00.00 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC.

6. Balanço Patrimonial – COMPENSAÇÕES:

- a) As Obrigações Contratuais que fazem parte das Compensações são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 002 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

7. Balanço Orçamentário – RECEITAS:

- a) A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 para o exercício de 2019 estima a receita do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão 22000, em R\$ 1.694.703.266,00. Por força da Medida Provisória (MP) nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a qual transferiu para o Ministério competências de outros órgãos, a estimativa passou para R\$ 3.181.083.753,00. Esses valores referem-se a todas as fontes de recursos, exceto a 100. Até o 1º trimestre/2019, do montante estimado, foi arrecadado o correspondente a 12,53% (R\$ 398.547.065,15), incluído o valor de R\$ 25.519,58, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa, que não consta do Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”.
- b) Inconsistências detectadas no Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”:
 - não consta o valor de R\$ 25.519,58, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa;
 - a Unidade Orçamentária (UO) “74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA” faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
 - a UO “74906 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – Presidência da República” faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
 - a UO “98000 – Receita do Tesouro da União” não é do Órgão 22000; e
 - a UO “22212 – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP” faz parte do Orçamento de Investimento.

8. Balanço Orçamentário – RECEITAS CORRENTES:

- a) Nas Receitas Correntes, destacam-se as Receitas de Contribuições, cujo montante arrecadado corresponde a 29,07% da previsão inicial.

9. Balanço Orçamentário – RECEITAS DE CAPITAL:

- a) Da previsão atualizada de R\$ 1.496.551.148,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 0,64% (R\$ 9.626.062,07).

10. Balanço Orçamentário – DOTAÇÃO:

- a) A LOA 2019 consignou ao MAPA dotação de R\$ R\$ 11.902.358.634,00. Por força da MP nº 870, o orçamento do Ministério passou para R\$ 16.852.836.372,00. Ambas as Categorias Econômicas “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital” sofreram alterações em relação à dotação inicial, exceto a “Reserva de Contingência”;
- b) Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 6,5 bilhões, das quais liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 2,3 bilhões (35,21%), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as despesas correntes (98,31%), com destaque para as despesas com pessoal e encargos sociais (91,41%);
- c) Do total das despesas liquidadas, 74,17% foram pagas;
- d) Inconsistências detectadas no Relatório “BO – DOTAÇÃO”:
 - a Unidade Orçamentária (UO) “55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” faz parte do órgão “55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” e não do Órgão 22000;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- a UO "53210 – Agência Nacional de Águas" faz parte do órgão "53000 – Ministério da Integração Nacional" e não do Órgão 22000;
- a UO "71104 – Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob a Supervisão/MF" faz parte do Órgão "71000 – Encargos Financeiros da União" e não do Órgão 22000;
- a UO "73111 – Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente" faz parte do Órgão "73000 – Transferências a Estados, ao Distrito Federal e Municípios" e não do Órgão 22000;
- a UO "74101 – Recursos sob a Supervisão do MF – OOC/MF" faz parte do Órgão "74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC" e não do Órgão 22000;
- a UO "74203 – Recursos sob a Supervisão do INCRA/PR" "74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC" e não do Órgão 22000;
- a UO "74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA faz parte do Órgão "74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC" e não do Órgão 22000; e
- a UO "74906 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – Presidência da República" faz parte do Órgão "74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC" e não do Órgão 22000.

11. BO – Restos a Pagar Processados e Não Processados:

Foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 6.352.858.487,48, sendo: R\$ 913.417.310,62 Processados e R\$ 5.439.441.176,86 Não Processados, equivalentes a 14,38% e 85,62%, respectivamente, do total inscrito:

Restos a Pagar Processados				R\$ Mil
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (22101)	438.877	799	270.502	167.576
Embrapa (22202)	198.223	72	194.494	3.657
Conab (22211)	88.710	421	81.318	6.972
Funcafê (22906)	303	-	-	303
INCRA (22201)	187.288	3.619	100.881	82.788
SFB (22106)	16	4	12	-
Total	913.417	4.914	647.207	261.296

Restos a Pagar Não Processados				R\$ Mil
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (22101)	2.684.791	26.581	94.466	2.563.745
Embrapa (22202)	315.884	218	60.604	255.062
Conab (22211)	212.870	949	97.749	114.171
Funcafê (22906)	954.088	-	128.555	825.534
INCRA (22201)	1.253.329	73.920	64.942	1.114.467
SFB (22106)	18.478	-	3.754	14.724
Total	5.439.441	101.668	450.070	4.887.703
Total Geral	6.352.858	106.582	1.097.277	5.148.999

12. Balanço Orçamentário – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):

a) Quociente do Equilíbrio Orçamentário → $\frac{\text{Prev. Inic. da Receita}}{\text{Dotação Inicial da Despesa}} \rightarrow \frac{8.645.229.110,00}{22.634.832.469,00} = 38,19\%$

Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;

b) Quociente de Execução da Receita → $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Atualizada da Receita}} \rightarrow \frac{1.614.506.847,46}{8.645.229.110,00} = 18,68\%$

A receita efetivamente arrecada do Ministério da Agricultura alcançou cerca de 18,68% de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento.

c) Quociente de Execução da Despesa → $\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Dotação Atualizada da Despesa}} \rightarrow \frac{6.594.071.266,98}{22.649.233.577,00} = 29,11\%$

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 29,11% do total das despesas fixadas no orçamento.

d) Quociente do Resultado Orçamentário → $1.614.506.847,46 - 6.594.071.266,98 = -4.979.564.419,52$



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou na quantia de **R\$ - 4.979.564.419,52 (quatro bilhões, novecentos e setenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos)**, a qual correspondeu ao montante do déficit orçamentário do MAPA, uma vez que a Despesa Empenhada superou a Receita Realizada nesta quantia;

e) Quociente de Execução Orçamentária Corrente $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada Corrente}}{\text{Despesa Empenhada Corrente}} \rightarrow \frac{600.110.782,39}{6.525.023.240,75} = 9,20\%$

A Receita Realizada corrente alcançou apenas 9,20% das despesas empenhadas correntes;

f) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}} \rightarrow \frac{1.614.506.847,46}{1.707.809.909,36} = 94,54\%$

13. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TAXAS:

- a) O acréscimo na variação percentual em torno de 711,52% decorreu da incorporação de outros Órgãos ao Mapa, principalmente a Pesca (ex-SEAP/PR) e o Incra que inclui neste item o valor de R\$ 11.720 (onze milhões, setecentos e vinte mil reais) na UG 373001-DAF/INCRA.

14. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

- a) No Incra o valor de R\$ 421.018 (quatrocentos e vinte e um milhões e dezoito mil reais) veio agregar ao Mapa referente repasse da SRFB relativo às contribuições sociais, conforme art. 149 da CF.

15. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:

- a) A variação de 1.415,78% refere-se à incorporação de outros Órgãos, principalmente o Incra.

16. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS:

- a) O Incra teve o valor de R\$ 692.446 (seiscentos e noventa e dois milhões e quatrocentos e quarenta e seis mil reais) referente a reavaliação de bens Imóveis na UG 373073.

17. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- a) CONAB se destaca em 837,01% de acréscimo em relação ao 2º trimestre/2018, seguindo das incorporações dos demais órgãos ao Mapa: SEAD no valor de R\$ 22.156; INCRA no valor de R\$ 36.794; SFB no valor de R\$ de R\$ 10.032.

18. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS:

- a) O MAPA teve um acréscimo de 3.701,38%, enquanto que o INCRA apresentou o maior valor em torno de R\$ 2.582.616 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões e seiscentos e dezesseis mil reais).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31 de março de 2019, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 509.693 (quinhentos e nove milhões, seiscentos e noventa e três mil reais), relacionados com fornecedores e contas pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ mil		
	31/03/2019	31/12/2018	AH (%)
Circulante Curto Prazo	193.829	109.418	77,15%
Nacionais	193.509	109.098	77,37%
Estrangeiros	320	320	-
Não Circulante (Longo Prazo)	315.864	315.864	-
Nacionais	315.864	315.864	-
Total	509.693	425.282	19,85%

Fonte: SIAFI2018, 2018 Tesouro Gerencial.

Para os fornecedores e contas pagar de curto prazo e longo prazo em 31/03/2019 os relevantes são os fornecedores nacionais de Longo Prazo os quais representam 61,97% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se aos órgãos contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/03/2019.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ mil	
	31/12/2019	AV (%)
SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULT.FAMILIAR E DO DESENVOL.AGRÁRIO	25.688	5,04%
MINIST. DA AGRICUL.PECUARIA E ABASTECIMENTO	63.594	12,48%
INST.NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	50.524	9,91%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	24.826	4,87%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	29.179	5,72%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	315.864	61,97%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	18	0,0
Total	509.693	-

Fonte: SIAFI 2018 e Tesouro Gerencial.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 61,97% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relaciona-se os fornecedores mais significativos do Mapa com saldos em aberto na data base de 31/03/2019.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDOR	R\$ mil	
	31/03/2019	AV (%)
0000000000191 BANCO DO BRASIL S.A	315.864	75,01%
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	59.612	14,16%
69034668000156 SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	12.419	2,95%
08097092000181 CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	6.800	1,61%
89161475000173 ASSOC RIOGR DE EMPR DE ASSIST TEC E EXTENSAO RURAL	6.585	1,56%
54305743001170 HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	5.622	1,34%
00768848000165 BR-SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	5.556	1,32%
78133824000127 INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO	3.447	0,82%
19198118000102 EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTA	2.617	0,62%
03997641000150 COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E	2.561	0,61%
Total	421.083	

Fonte: SIAFI 2018, Tesouro Gerencial

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo do FUNCAFE, o qual representa 75,01% dos valores mais expressivos.

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

R\$ mil			
Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	315.864	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	57.484	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018

Fontes: SIASG, SIAFI Órgão: 22905, Unidade Gestora 130137; Órgão: 22000, Unidade Gestora 420013, 2018.

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06., refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – Órgão 22905 registrado na unidade gestora do Funcafé.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do órgão 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra **Contrato de Prestação de Serviços** abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo Mapa. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2019, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 5.502.855 (cinco bilhões, quinhentos e dois milhões e oitocentos e cinquenta e cinco mil reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 31/03/2019.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais referente ao 1º Trimestre 2019, conforme abaixo:

TABELA 01 – Obrigações Contratuais – Composição – Mapa.

ITENS	R\$ mil		
	31/03/2019	31/12/2018	AH (%)
Aluguéis	13.515	5.796	133,18%
Fornecimento de Bens	1.064.174	92.458	1.050,98%
Empréstimos e Financiamentos	71.613	-	-
Seguros	1.180.779	625.052	88,91%
Serviços	3.145.439	1.518.327	107,16%
Demais	27.335	15.352	78,06%
Total	5.502.855	2.256.985	143,81%

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

Com base nas informações da tabela 01, temos que, as obrigações contratuais apresentaram aumento significativa no espaço de tempo mencionado decorrente da incorporação de vários Órgãos ao Mapa, culminando em maior acréscimo principalmente na rubrica de “Fornecimento de Bens”, o que representa em 1.050,98%.

TABELA 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ mil	
	31/03/2019	AV (%)
Minist. da Agricul., Pecuária e Abastecimento	693.607	12,60%
SEAP/PR	-	-
SEAD/PR	1.901.214	34,55%
Instit. Nacional de Colonização e Reforma Agrária	524.080	9,52%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	915.488	16,64%
Companhia Nacional de Abastecimento	1.369.089	24,88%
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	75.540	1,37%
Serviço Florestal Brasileiro	23.838	0,43%
Total	5.502.855	100,00%

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A tabela 02 acima relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/03/2019, apresenta os contratos advindos da ex-SEAD com 34,55% do valor total das obrigações contratuais.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Composição da Unidade CGAq / CGEOF

	R\$ mil		
	31/03/2019	31/12/2018	AH (%)
Aluguéis	380	380	-
Fornecimento de Bens	61.021	60.781	0,40%
Serviços	366.515	329.681	11,17%
Demais	6.846	6.846	-
Total	434.762	397.688	9,32%

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A Unidade Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, a qual agrega a parte patrimonial da Coordenação-Geral de Aquisições é responsável pela maioria dos contratos a executar do MAPA como Administração Direta, representando o valor de R\$ 434.762 (quatrocentos e trinta e quatro milhões e setecentos e sessenta e dois mil reais) da citada Unidade.

Do exame da tabela 03 os saldos das obrigações contratuais da Coordenação-Geral de Aquisições – CGAq do MAPA decresceram em termos de valores para a maioria das rubricas, sinalizando que houve apropriação de documentos hábeis de liquidação, baixando os saldos contábeis de contratos, assim como também houve a baixa parcial de saldos que não seriam mais movimentados.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/03/2019:

Tabela 04 – Obrigações Contratuais – Por Contratado da Unidade CGRL / CGEF

CONTRATADO – SALDO A EXECUTAR		31/03/2019	R\$ mil AV (%)
A-01644731000132	CTIS TECNOLOGIA S.A	60.3901	29,24%
B- 34358432000271	LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	44.940	21,76%
C-34358432000190	LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	25.155	12,18%
D-01645738000250	INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA	14.601	7,07%
E-07275920000161	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	13.418	6,50%
F-05340845000140	MBA - TECNOLOGIA LTDA	10.864	5,26%
G-08597377000181	SUPERNOVA SOLUCOES GRAFICAS E EDITORA LTDA	9.878	4,78%
H-02295753000105	PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTDA	9.647	4,67%
I-34028316000707	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	8.959	4,34%
J-01017250000105	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	8.682	4,20%
Total		206.534	100%

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

Em relação aos contratados A, B e C, eles representam 63,18% das obrigações com contratos de serviços da Unidade.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Nota nº 003 – Provisões

Em 31/03/2019, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 331.365 (trezentos e trinta e um milhões, trezentos e sessenta e cinco mil reais) relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 4º Trimestre 2018.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ mil		
	31/03/2019	31/12/2018	AH (%)
Provisões a curto prazo	74.470	74.470	-
Provisões a longo prazo	256.895	247.259	3,90
Total	331.365	321.729	3,00

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2019 e TesouroGerencial.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB, no valor de R\$ 74.470 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil reais).

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por órgão

ÓRGÃO	R\$ mil	
	31/03/2019	AV (%)
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	74.470	-
Total	74.470	-

Fonte: SIAFI2019.

A Conab é responsável por 100% do total de provisões a curto prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

	R\$ mil		
	31/03/2019	31/12/2018	AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	61.035	61.035	-
Riscos Cíveis a Curto Prazo	13.435	13.435	-
Total	74.470	74.470	-

Fonte: SIAFI2018, SIAFI2019 e TesouroGerencial.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e Conab no valor de R\$ 256.895 (duzentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil reais).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

Tabela 05 – Provisões de Longo Prazo por órgão

	31/03/2019	R\$ mil AV (%)
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária	253.679	98,75%
22211 - Companhia Nacional de Abastecimento	3.216	1,25%
Total	256.895	100%

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A Embrapa é responsável por 98,75% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 06 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

	31/03/2019	31/12/2018	R\$ mil AH (%)
Conab – Riscos Fiscais	3.216	3.216	
Embrapa – Riscos Trabalhistas	253.679	244.043	
Total	256.895	247.259	

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 31/03/2019 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 253.679 (duzentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais), registrada pela Unidade Gestora **135037**, conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica, conforme tabela a seguir:

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	59.998.676	Ad. Insalubridade-peric/horas itinere/Equiparação Salarial/Reenquadramento Funcional/Categoria Profissional Especial Jornada de trabalho e outros
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	2.264.452	Apólice de Seguros/Processos Licitatórios/ Indenizações/ Anulação de ato Administrativo e outros
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	21.675.728	Encargos Fiscais
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	169.739.880	Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto – IPTU – INSS – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - União
Total	253.678.736	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2019, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 305.774.440 (trezentos e cinco bilhões, setecentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta mil reais) líquidos da depreciação e amortização e representou um pequeno acréscimo de 0,72% em relação ao 4º trimestre/2018.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	R\$ mil		
Imobilizado – Composição	31/03/2019	31/12/2018	AH%
Bens Móveis	1.324.440	825.619	60,42%
(+) Valor Bruto Contábil	2.388.697	1.751.468	36,38%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.037.604)	(902.429)	14,98%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(26.653)	(23.420)	13,80%
Bens Imóveis	304.450.000	3.542.954	8.493,11%
(+) Valor Bruto Contábil	305.253.611	4.061.028	7.416,66%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(803.610)	(518.074)	55,11%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	305.774.440	4.368.573	6.899,41%

Fonte: SIAFI2019 e SIAFI2018.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2019 totalizavam em R\$ 1.324.440 (um bilhão, trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quatro mil reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável demonstram um acréscimo de 60,42% decorrente da incorporação dos órgãos da SEAP, SEAD, SFB ao Mapa e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	R\$ mil		
Bens Móveis – Composição	31/03/2019	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.043.623	830.127	25,72%
Bens de Informática	445.937	334.925	33,15%
Móveis e Utensílios	251.189	204.940	22,57%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	35.969	29.552	21,71%
Veículos	463.935	309.015	50,13%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	3.719	3.895	-4,52%
Bens Móveis em Almoarifado	44.928	122	36.726,23%
Armamentos	2	2	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	6.110	6.152	-0,68%
Demais Bens Móveis	93.285	32.739	184,94%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.037.604)	(902.429)	14,98%
Redução ao Valor Recuperável	(26.653)	(23.420)	13,80%
Total	1.324.440	825.619	60,42%

Fonte: SIAFI2019 e SIAFI2018.

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 10.731 (dez milhões, setecentos e trinta e um mil reais) no fechamento do balanço de 2018 refere-se a conta de [Bens Não Localizados](#), relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais. E no final do 1º Trimestre/2019 o valor foi acrescido para R\$ 14.434 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil reais).

A variação de 34,51% ocorrida em [Bens Não Localizados](#) explica-se pela incorporação de outros Órgãos ao MAPA, tais como ex-SEAD, INCRA.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Bens Móveis

Os Bens Imóveis da União em 31/03/2019 totalizavam R\$ 304.450.000 (trezentos e quatro bilhões, quatro e cinquenta milhões de reais), líquidos de depreciação/amortização e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$ mil		
Bens Imóveis – Composição	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Bens de Uso Especial	152.263.335	3.572.333	4.162,29%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	151.676.251	-	-
Bens Imóveis em Andamento	641.726	155.085	313,79%
Instalações	116.706	92.408	26,29%
Demais Bens Imóveis	39.484	35.308	11,83%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	516.108	205.894	150,67%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(803.610)	(518.074)	55,11%
Total	304.450.000	3.542.954	8.493,11%

Fonte: SIAFI2019 e SIAFI2018.

De acordo com a tabela anterior os BENS DE USO ESPECIAL (Registrados e não registrados no SPIUnet) correspondem a 4.162,29% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 152.263.335 (cento e cinquenta e dois bilhões, duzentos e sessenta e três milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais) em 31/03/2019 a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideramos os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme relação abaixo.

Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição

	R\$ mil		
Bens de Uso Especial – Composição	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	83.638.182	190.756	43.745,64%
Terrenos, Glebas	63.759.649	188.740	33.681,74%
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	542	542	-
Edifícios	1.034.702	938.610	10,24%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657.033	1.603.573	3,33%
Imóveis Residenciais e Comerciais	115.379	86.022	34,13%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	699	664	5,27%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.766.279	563.425	213,49%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	290.870	-	-
Total	152.263.335	3.573.333	4.161,10%

Fonte: SIAFI2019 e SIAFI2018.

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

R\$ mil

ÓRGÃO	Valor em 31/03/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	1.267	1.267
Incra	63	-
CONAB	28.528	28.528
Total	29.858	29.795

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

R\$ mil

ÓRGÃO	Valor em 31/03/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	54	54
Incra	103	-
Embrapa	8.190	8.100
CONAB	3	3
Total	8.351	8.158



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

R\$ mil

ÓRGÃO	Valor em 31/03/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	13.027	13.027
Embrapa	-	-
CONAB	518.156	510.495
Total	531.183	523.521

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

- A) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$ mil

Órgão UGE		NL – Class.Contábil1	NS – Class.Contábil1	Movimento R\$	
22000	MAPA	-9	123110103	(52.000,00)	
			123110301	(18.700,89)	
			123110303	(2.476,58)	
			123810100	34.084,39	
22202	EMBRAPA	-9	123110101	(103.478,88)	
			123110103	(233.364,95)	
			123110107	(61.493,20)	
			123110109	(7.327,85)	
			123110120	(2.110,34)	
			123110121	(12.049,73)	
			123110201	(62.681,47)	
			123110301	(111.361,10)	
			123110405	(55.299,22)	
			123110702	(74.841,21)	
			123111000	2.204,64	
			123810100	996.401,95	
			123110101	-9	325.990,78
			123110102	-9	319,00
			123110103	-9	261.290,24
			123110120	-9	261.231,97
123110201	-9	10.564,49			
123110301	-9	2.685,37			
123110303	-9	587,06			
123110702	-9	1.430,81			

Fonte: Tesouro Gerencial



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o Mapa até a presente data não procedeu o teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida e justificável.**

Em 31/03/2019, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 56.803 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e três mil reais) relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 3 – Intangível – Composição.

	R\$ mil		
Intangível – Composição	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	94.546	57.274	65,08%
Software com Vida Útil Indefinida	2.565	1.625	57,85%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	491	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	64	-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	279	-	
Amortização Acumulada	(42.599)	(40.136)	6,14%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1.457	1.457	-
Total	56.803	20.220	180,92%

Fonte: SIAFI / TG, SIAFI2019 e SIAFI2018.

As adições e baixas efetuadas até o 1º Trimestre/2019, foram:

		R\$ mil			
Órgão UGE	Conta Contábil	ADIÇÃO	BAIXA		
20129	SEAD	124110101 = SOFTWARES	0,00	0,00	
		124110101 = SOFTWARES	20.323,41	20.323,41	
22000	MIN.AGRICULTURA	124110201 = SOFTWARES	352.302,00	0,00	
		124110202 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	3.209,82	0,00	
22202	EMBRAPA	124110101 = SOFTWARES	9.721.789,95	4.737.241,55	
22211	CONAB	124110101 = SOFTWARES	466.875,00	466.875,00	
44208	SFB	124110102 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	(999.549,00)	0,00	
		124110202 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	185.945,00	0,00	

Fonte: Tesouro Gerencial

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o Mapa não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

R\$ mil

Órgão UGE		NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	Movimento R\$ (Conta Contábil)
22202	EMBRAPA	-9	124110101	917,81
			124810100	56.161,49

Fonte: Tesouro Gerencial



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

Participações Permanentes

Tabela nº 1 – Investimentos – Composição

	31/03/2019	31/12/2018	R\$ mil AH (%)
Participações Permanentes	36.490	36.325	0,45%
Propriedades para Investimento	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	1.652	1.624	1,72%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(790)	(790)	-
Total	37.352	37.160	0,52%

Fonte: SIAFI2019 e SIAFI2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente.

Em novembro as 1.517.727,05 cotas (Certificado de Investimento CI-FND nº 068A), do valor existente em 31 de dezembro de 2017, ocorreu devido ao recebimento do valor de R\$ **1.463.439,10** relativo ao recebimento de cotas do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento, conforme Termo de Quitação nº 012/2018 anexo ao SEI 21148.006365/2018-81.

Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

Tabela 1 – Participações Permanentes – Composição por investimento

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento (R\$ milhares)	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2017/2018	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2017/2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA (1)	Agricultura	631.059,00	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB(2)	Agricultura	1.855.377,90	45,00	4.123.062	358.826
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-18.727.801	7.020.889
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT	Agricultura	150.661,00	0,43	7.224.112.017	-23.376.353.004
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	53.597.738,68	619.700,81
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-3.019.725	(1.278.278)

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas, (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e (2) Demonstração apresentada do ano de 2018.

Tabela 2 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes

Embrapa

Entidade	Saldo em 31/12/2018	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/03/2019.
EMEPA/PB	1.430.480,25	-	263.425,95	-	-	1.693.906,20
EMPARN	726.984,37	-	-	-	-	726.984,37
Total	2.157.464,62	-	263.425,95	-	-	2.420.890,57

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A equivalência patrimonial da EMEPA/PB, foi registrada com base no balanço apurado em 31/12/2017, em 2017, foi realizado o registro de R\$ 263.425,95, para fins de atualização do valor da participação da Embrapa nesta empresa, referente ao lucro apresentado no ano de 2017.

A EMPARN, apresentou um prejuízo de R\$ 1.278.278 em 2017, a empresa permaneceu com patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 3.019.725. Portanto, em 2018, permaneceu o registro da participação acionária e da provisão para perdas prováveis no valor de R\$ 726.984,37.

Demais Investimentos

Os demais investimentos representam 5,22% no valor de 427.637,30, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela 4 - Composição das ações investimento

							R\$ milhares
Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável	
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	30,48	609,60	BB	135046	
OI S/A	4.545	ON	1,52	6.908,40	BB	135046	
OI S/A	3.289	PN	1,51	4.966,39	BB	135046	
CONTAX	200	EO	4,5	900,00	Itaú	135046	
CONTAX	200	EP	0,01	10,00	Itaú	135046	
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046	
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046	
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046	
TELEFONICA BRASIL	187	PN	47,5	8.882,50	Bradesco	135032	
TELEFONICA BRASIL	137	PN	47,5	6.507,50	Bradesco	135033	
TELEFONICA BRASIL	125	PN	47,5	5.937,50	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	18	PN	47,5	855,00	Bradesco	135035	
TELEFONICA BRASIL	12	ON	44	528,00	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	11,79	613,08	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	11,79	3.678,48	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	44	129.448,00	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	47,5	168.482,50	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	11,79	55.589,85	Bradesco	135046	
TELEBRAS	142	ON	40	5.680,00	Bradesco	135046	
TELEBRAS	112	PN	28,6	3.203,20	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	554	ON	44	24.376,00	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	11,79	6.166,17	Bradesco	135046	
TELEBRAS	27	ON	40	1.080,00	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	208	PN	47,5	9.880,00	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	11,79	7.852,14	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	11,79	1.226,16	Bradesco	135046	
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	30,48	365,76	Bradesco	135046	
Total				453.774,44			

Fonte: EMBRAPA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

4 - Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes

CONAB

EMPRESA	Saldo em 31/dez/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2018
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	0,00	-	-	-	-	3.856,16
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV	69.074,55	-	-	-	-	69.074,55
SANYO DA AMAZONIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELE	840,02	-	-	-	-	0,00
BANCO DA AMAZONIA SA	137.559,31	-	-	-	-	137.559,31
RIBEIRO CORDEIRO INDUSTRIA E COMERCIO S A	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09
FRIGORIFICO VALE DO TOCANTINS S A	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	81.444,72	-	-	-	-	81.444,72
VICUNHA TEXTIL S/A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
AGRICOLA VALE DO MANGEREBA LTDA	35.304,54	-	-	-	-	35.304,54
PRIMEINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A	0,00	-	-	-	-	70.161,00
CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A	8.411,24	-	-	-	-	8.411,24
COMPANHIA DE COCOS DO NORDESTE	4.906,60	-	-	-	-	0,00
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DE MG CASEMG	13.791.215,87	-	-	-	-	13.791.215,87
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19
COMPANHIA MATERIAIS SULFUROSOS MATSULFUR	12.584,40	-	-	-	-	0,00
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A	840,02	-	-	-	-	840,02
LOGASA INDUSTRIA E COMERCIO S A	39.947,25	-	-	-	-	39.947,25
MORADA DO SOL PARTICIPACOES S/A	34.694,02	-	-	-	-	34.694,02
LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.	0,00	-	-	-	-	12.584,40
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSTOS E ARMAZENS GERAIS DE	962.333,73	-	-	-	-	962.333,73
ALGAR TELECOM S/A	0,00	-	-	-	-	48.568,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	840,03	-	-	-	-	840,03
CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA CODAPAR	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66
MULTILOG S/A	0,00	-	-	-	-	11.163,26
COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIAÇÃO	4.555,46	-	-	-	-	4.555,46
PBG S/A	0,00	-	-	-	-	4.449,15
REFINADORA CATARINENSE SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	8.214.743,55	-	-	-	-	8.214.743,55
TOTAL	27.754.458,04	-	-	-	-	27.886.908,99

Fonte: CONAB

Propriedades para Investimento

No âmbito do MAPA não há propriedades para investimento neste trimestre.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6. Demonstrativos Contábeis do Mapa

a) Balanço Orçamentário

VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.424.732	2.424.732	600.111	-1.824.621
Recargas Tributárias	52.330	52.330	11.390	-40.940
Taxas	52.330	52.330	11.390	-40.940
Recargas de Contribuições	1.356.372	1.356.372	394.247	-962.126
Contribuições Sociais	1.356.860	1.356.860	394.174	-961.685
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	513	513	72	-441
Receita Patrimonial	444.368	444.368	103.920	-340.448
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9.099	9.099	1.837	-7.262
Valores Mobiliários	428.365	428.365	97.923	-330.442
Exploração de Recursos Naturais	6.904	6.904	4.160	-2.744
Receita Agropecuária	9.925	9.925	1.593	-8.332
Receita Industrial	95	95	17	-78
Recargas de Serviços	334.201	334.201	51.031	-283.170
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	40.444	40.444	9.299	-31.145
Serviços e Atividades Financeiras	293.737	293.737	41.732	-252.005
Outros Serviços	20	20	-	-20
Transferências Correntes	4.165	4.165	40	-4.126
Outras Recargas Correntes	223.275	223.275	37.875	-185.400
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	32.821	32.821	9.979	-22.842
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	116.710	116.710	26.388	-90.323
Demais Recargas Correntes	73.744	73.744	1.508	-72.236
RECEITAS DE CAPITAL	6.220.497	6.220.497	1.014.396	-5.206.101
Operações de Crédito	62.737	62.737	-	-62.737
Operações de Crédito - Mercado Interno	18.437	18.437	-	-18.437
Operações de Crédito - Mercado Externo	44.300	44.300	-	-44.300
Alienação de Bens	1.432.984	1.432.984	9.626	-1.423.358
Alienação de Bens Móveis	1.408.432	1.408.432	434	-1.407.999
Alienação de Bens Imóveis	24.552	24.552	9.192	-15.360
Amortização de Empréstimos	4.723.946	4.723.946	1.004.770	-3.719.176
Transferências de Capital	829	829	-	-829
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.645.229	8.645.229	1.614.507	-7.030.722
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	8.645.229	8.645.229	1.614.507	-7.030.722
DEFICIT	-	-	4.979.564	4.979.564
TOTAL	8.645.229	8.645.229	6.594.071	-2.051.158
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.352.910	12.365.211	6.525.023	2.259.664	1.671.828	5.840.188
Pessoal e Encargos Sociais	9.234.902	9.234.902	5.931.112	2.053.337	1.510.837	3.303.790
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.118.008	3.130.309	593.912	206.327	160.992	2.536.398
DESPESAS DE CAPITAL	10.045.575	10.047.675	69.048	38.645	35.982	9.978.627
Investimentos	949.165	949.265	8.506	65	16	940.759
Inversões Financeiras	9.096.410	9.098.410	60.542	38.580	35.966	9.037.868
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	236.347	236.347	-	-	-	236.347
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.634.832	22.649.233	6.594.071	2.298.309	1.707.810	16.055.162
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	22.634.832	22.649.233	6.594.071	2.298.309	1.707.810	16.055.162
TOTAL	22.634.832	22.649.233	6.594.071	2.298.309	1.707.810	16.055.162

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	736.359	1.034.107	208.138	188.290	43.290	1.538.886
Pessoal e Encargos Sociais	10	184.535	1.605	1.605	13.062	169.878
Outras Despesas Correntes	736.349	849.572	206.534	186.686	30.228	1.369.008
DESPESAS DE CAPITAL	1.157.129	2.512.402	278.387	261.780	58.378	3.349.372
Investimentos	624.890	1.290.126	83.876	70.681	18.773	1.825.562
Inversões Financeiras	532.239	1.222.275	194.511	191.099	39.605	1.523.810
TOTAL	1.893.488	3.546.508	486.525	450.070	101.668	4.888.258

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	25.478	677.670	636.635	901	65.612
Pessoal e Encargos Sociais	706	566.293	565.891	141	967
Outras Despesas Correntes	24.772	111.377	70.743	760	64.645
DESPESAS DE CAPITAL	130.297	79.972	10.572	4.013	195.684
Investimentos	122.578	76.286	8.457	1.631	188.777
Inversões Financeiras	7.719	3.686	2.115	2.382	6.907
TOTAL	155.776	757.642	647.207	4.914	261.296

Neste trimestre o Mapa apresenta um déficit de R\$ 4.979.564, tendo em vista que a arrecadação foi inferior em - 75,62% em relação as despesas empenhadas.

As despesas executadas representam 10,15% em relação às fixadas.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

b) Balanço Patrimonial

VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	11.430.022	5.049.862	PASSIVO CIRCULANTE	5.935.692	2.537.106
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.002.965	3.932.728	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	977.611	822.284
Créditos a Curto Prazo	860.358	28.307	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.131.344	1.138.812
Clientes	23.996	28.307	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	193.829	109.418
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	836.719	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.373	1.422
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-358	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.983.653	520.026	Provisões a Curto Prazo	74.470	74.470
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.557.065	390.700
Estoques	583.034	568.783			
VPDs Pagas Antecipadamente	12	17			
ATIVO NAO CIRCULANTE	329.392.588	10.575.399	PASSIVO NAO CIRCULANTE	1.304.219	595.169
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.523.994	6.149.446	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	2	2
Créditos a Longo Prazo	13.868.089	5.269.882	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	206.854	203.629	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315.864	315.864
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.522.365	5.066.254	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	138.870	-	Provisões a Longo Prazo	256.895	247.259
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	9.655.905	879.564	Demais Obrigações a Longo Prazo	731.458	32.044
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0	-	Resultado Diferido	-	-
Estoques	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	7.239.911	3.132.276
Investimentos	37.352	37.160	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Permanentes	35.700	35.536	ESPECIFICAÇÃO		
				2019	2018
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.859	1.694	Patrimônio Social e Capital Social	3.267.737	3.267.737
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	34.631	34.631	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	24.982	20.085
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-790	-790	Reservas de Capital	8	-
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-
			Reservas de Lucros	66.718	66.718
			Demais Reservas	12.760	-
			Resultados Acumulados	330.210.495	9.138.446
Demais Investimentos Permanentes	1.652	1.624	Resultado do Exercício	2.652.039	-11.243
Demais Investimentos Permanentes	1.652	1.624	Resultados de Exercícios Anteriores	325.981.952	9.032.470
			Ajustes de Exercícios Anteriores	1.576.504	117.219
Imobilizado	305.774.440	4.368.573	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	333.582.699	12.492.986
Bens Móveis	1.324.439	825.619			
Bens Imóveis	2.388.697	1.751.468			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.037.604	-902.429			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26.654	-23.420			
Bens Imóveis	304.450.000	3.542.954			
Bens Imóveis	305.253.611	4.061.028			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-803.610	-518.074			
Intangível	56.803	20.220			
Softwares	55.969	20.220			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	98.568	60.356			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	491	0			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	491	0			
Direitos de Uso de Imóveis	343	-			
Direitos de Uso de Imóveis	343	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	340.822.610	15.625.261	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	340.822.610	15.625.261

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	8.220.126	4.175.933	PASSIVO FINANCEIRO	10.076.254	3.891.532
ATIVO PERMANENTE	332.602.484	11.449.329	PASSIVO PERMANENTE	6.309.839	2.411.806
			SALDO PATRIMONIAL	324.436.517	9.321.924

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.555.664	1.372.729	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.096.575	3.769.758
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.555.664	1.372.729	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.096.575	3.769.758
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	190.470	140.190	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	7	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	1.334.354	1.203.335	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a	3.593.712	1.512.773
			Lib.	5.502.855	2.256.985
Direitos Contratuais a Executar	30.840	29.204	Obrigações Contratuais a Executar	5.502.855	2.256.985
TOTAL	1.555.664	1.372.729	TOTAL	9.096.575	3.769.758

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-6.170.293
Recursos Vinculados			4.314.165
Seguridade Social (Exceto Previdência)			-14.727
Previdência Social (RPPS)			-168.493
Recursos de Receitas Financeiras			-257.619
Operação de Crédito			2.352.025
Alienação de Bens e Direitos			32.478
Doações			-1.278
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			2.307.477
Outros Recursos Vinculados a Fundos			13
Demais Recursos			64.287
TOTAL			-1.856.128

Neste trimestre o Mapa apresenta um Resultado do Exercício de R\$ 2.652.039 decorrente da absorção de vários órgãos ao Ministério.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

c) Demonstração das Variações Patrimoniais

VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	303.405.218	8.345.509
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.132	2.234
Taxas	18.132	2.234
Contribuições	453.343	77.466
Contribuições Sociais	453.748	77.295
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	2.595	171
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	38.404	41.705
Venda de Mercadorias	24.228	31.491
Vendas de Produtos	6	-1.496
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14.170	11.709
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	148.832	142.482
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	41.732	42.160
Juros e Encargos de Mora	5.359	1.528
Variações Monetárias e Cambiais	771	2.010
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	100.806	96.783
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	164	-
Transferências e Delegações Recebidas	294.988.101	7.699.753
Transferências Intragovernamentais	294.803.954	7.595.353
Transferências Intergovernamentais	2.394	1.179
Transferências das Instituições Privadas	12	439
Transferências do Exterior	-	627
Outras Transferências e Delegações Recebidas	181.742	102.155
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.654.505	345.872
Reavaliação de Ativos	692.470	113
Ganhos com Alienação	3.960	819
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.588.752	134.065
Ganhos com Desincorporação de Passivos	369.424	210.875
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	100.901	35.997
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	4.555	1.549
Resultado Positivo de Participações	210	75
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0	1
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	96.135	34.371
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	300.753.179	8.597.767
Pessoal e Encargos	1.577.839	1.378.326
Remuneração a Pessoal	1.176.386	1.023.592
Encargos Patronais	333.386	298.274
Benefícios a Pessoal	36.275	23.603
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	31.792	32.857
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	655.489	481.929
Aposentadorias e Reformas	402.027	266.512
Pensões	251.853	214.036
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.610	1.382
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	350.600	251.746
Uso de Material de Consumo	29.473	18.534
Serviços	247.239	191.429
Depreciação, Amortização e Exaustão	73.888	41.783
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.483	55.244
Juros e Encargos de Mora	63	8.800
Variações Monetárias e Cambiais	294	976
Descontos Financeiros Concedidos	575	2.273
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	552	43.195
Transferências e Delegações Concedidas	293.110.685	5.859.604
Transferências Intragovernamentais	292.899.634	5.490.032
Transferências Intergovernamentais	9.026	171.243
Outras Transferências e Delegações Concedidas	202.025	198.329
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.916.466	385.135
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	227.947	2.199
Perdas com Alienação	57	46
Perdas Involuntárias	1.264	408
Incorporação de Passivos	1.973.445	262.067
Desincorporação de Ativos	2.713.753	120.416
Tributárias	5.325	7.001
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.884	6.693
Contribuições	441	308
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	57.313	81.373
Custo das Mercadorias Vendidas	56.969	81.042
Custos dos Produtos Vendidos	344	330
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	77.979	97.409
Incentivos	373	274
Subvenções Econômicas	59.763	90.400
Constituição de Provisões	9.636	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.207	6.735
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.652.039	-252.258
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018

Neste trimestre o Mapa apresenta um Resultado do Exercício de R\$ 2.652.039 decorrente da absorção de vários órgãos ao Ministério.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

d) Balanço Financeiro

VALORES EM MILHARES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	1.614.507	1.405.544	Despesas Orçamentárias	6.594.071	3.380.761
Ordinárias	66.624	223	Ordinárias	4.767.734	2.982.710
Vinculadas	1.537.244	1.412.303	Vinculadas	1.826.338	398.052
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	468.900	981
Alienação de Bens e Direitos	9.759	976	Previdência Social (RPPS)	205.672	150.100
Transferências Constitucionais e Legais	3.440	-	Recursos de Receitas Financeiras	70.542	84.158
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.522.326	1.411.328	Operação de Crédito	-	13.915
Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.720	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.081.224	148.897
(-) Deduções da Receita Orçamentária	10.639	-6.983			
Transferências Financeiras Recebidas	9.754.403	7.477.271	Transferências Financeiras Concedidas	7.847.233	5.364.672
Resultantes da Execução Orçamentária	6.663.325	4.915.806	Resultantes da Execução Orçamentária	4.438.494	3.012.787
Cota Recebida	2.222.408	1.907.964	Repasse Concedido	1.306.024	1.012.480
Repasse Recebido	1.310.125	1.015.917	Sub-repasse Concedido	3.065.523	1.990.038
Sub-repasse Recebido	3.065.523	1.990.038	Cota Devolvida	1.679	8.383
Repasse Devolvido	10.654	-	Repasse Devolvido	10.654	-
Sub-repasse Devolvido	54.614	1.887	Sub-repasse Devolvido	54.614	1.887
Independentes da Execução Orçamentária	3.091.078	2.561.465	Independentes da Execução Orçamentária	3.408.740	2.351.884
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	475.560	589.818	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	251.454	302.583
Demais Transferências Recebidas	380.465	339.031	Demais Transferências Concedidas	379.505	338.914
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.208.658	1.632.607	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.751.386	1.710.378
Movimentações para Incorporação de Saldos	26.395	9	Movimentações para Incorporação de Saldos	26.395	9
Recebimentos Extraorçamentários	5.077.629	1.571.435	Pagamentos Extraorçamentários	1.148.292	640.495
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	590.499	69.205	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	647.207	186.205
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.295.762	1.416.974	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	450.070	410.700
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.102	45.264	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.392	41.405
Outros Recebimentos Extraorçamentários	136.266	39.992	Outros Pagamentos Extraorçamentários	622	2.186
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	313	339	Valores Compensados	44	5
Restituições a Pagar	15	-	Demais Pagamentos	578	2.181
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5	1			
Arrecadação de Outra Unidade	135.933	39.652			
Saldo do Exercício Anterior	7.146.023	3.844.402	Saldo para o Exercício Seguinte	8.002.965	4.912.723
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.146.023	3.844.402	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.002.965	4.912.723
TOTAL	23.592.562	14.298.652	TOTAL	23.592.562	14.298.652

Neste trimestre o Mapa apresenta um saldo na Conta de Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 8.002.965 para o próximo Trimestre.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

VALORES EM MILHARES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	140.001	140.105
INGRESSOS	10.545.569	7.809.590
Receitas Derivadas e Originárias	600.071	245.784
Receita Tributária	11.390	1.564
Receita de Contribuições	394.247	53.197
Receita Patrimonial	6.045	1.912
Receita Agropecuária	1.593	1.745
Receita Industrial	17	52
Receita de Serviços	51.031	55.492
Remuneração das Disponibilidades	97.875	95.153
Outras Receitas Derivadas e Originárias	37.875	36.669
Transferências Correntes Recebidas	40	1.618
Intergovernamentais	28	1.179
Dos Estados e/ou Distrito Federal	28	787
Dos Municípios	-	392
Outras Transferências Correntes Recebidas	12	439
Outros Ingressos das Operações	9.945.458	7.562.188
Ingressos Extraorçamentários	55.102	45.264
Restituições a Pagar	15	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	5	1
Transferências Financeiras Recebidas	9.754.403	7.477.271
Arrecadação de Outra Unidade	135.933	39.652
DESEMBOLSOS	-10.405.567	-7.669.485
Pessoal e Demais Despesas	-2.292.840	-1.838.209
Essencial à Justiça	-	-8
Administração	-1.775	-1
Assistência Social	-28.270	-29.181
Previdência Social	-617.747	-449.213
Direitos da Cidadania	-83	-
Urbanismo	-63	-
Gestão Ambiental	-3.798	-318
Ciência e Tecnologia	-46	-10
Agricultura	-1.433.988	-1.346.802
Organização Agrária	-184.711	-68
Indústria	-2	-689
Encargos Especiais	-22.681	-12.258
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	313	339
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-214.479	-423.013
Intergovernamentais	-12.210	-171.161
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-140.263
A Municípios	-12.210	-30.898
Intragovernamentais	-202.269	-248.084
Outras Transferências Concedidas	-	-3.768
Outros Desembolsos das Operações	-7.898.248	-5.408.263
Dispêndios Extraorçamentários	-50.392	-41.405
Transferências Financeiras Concedidas	-7.847.233	-5.364.672
Valores Compensados	-44	-5
Demais Pagamentos	-578	-2.181
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	716.941	928.216
INGRESSOS	1.014.396	1.158.142
Alienação de Bens	9.626	1.053
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.004.770	1.157.089
DESEMBOLSOS	-297.455	-229.926
Aquisição de Ativo Não Circulante	-62.388	-9.553
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-167.493	-176.348
Outros Desembolsos de Investimentos	-67.574	-44.025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	856.942	1.068.321
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.146.023	3.844.402
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	8.002.965	4.912.723

Neste trimestre o Mapa apresenta uma geração líquida de R\$ 856.942 que é a diferença entre os saldos inicial e final.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

f) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

VALORES EM MILHARES DE REAL

Especifica�o	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avalia�o Patrimonial	A�es/Cotas em Tesouraria	Total
Salto Inicial do Exercício 2018	364.801	29.613	-	72.815	-	9.032.470	-	-	9.499.700
Variacão Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.873.323	6.163	-	-	-	126.889	-	-	3.006.374
Aumento/Redu�o de Capital	29.613	-15.691	-	-	-	-148	-	-	13.774
Resgate/Reemissão de A�es e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavalia�o de Ativos	-	-	-	-	-	-9.522	-	-	-9.522
Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-17.340	-	-	-17.340
Constitui�o/Reversão de Reservas	-	-	-	-6.097	-	6.097	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorpora�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salto Final do Exercício 2018	3.267.737	20.085	-	66.718	-	9.138.446	-	-	12.492.986
Especifica�o	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avalia�o Patrimonial	A�es/Cotas em Tesouraria	Total
Salto Inicial do Exercício 2019	3.267.737	20.085	8	66.718	12.760	325.981.952	-	-	329.349.259
Variacão Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	218	-	-	-	1.597.060	-	-	1.597.277
Aumento/Redu�o de Capital	-	4.402	-	-	-	-	-	-	4.402
Resgate/Reemissão de A�es e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavalia�o de Ativos	-	-	-	-	-	-15.193	-	-	-15.193
Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	-	-	-	0	-	0
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.652.039	-	-	2.652.039
Constitui�o/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorpora�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salto Final do Exercício 2019	3.267.737	24.704	8	66.718	12.760	330.215.857	0	-	333.587.784

Neste trimestre a DMPL do Mapa destaca-se pelo aumento na AFAC e nos Resultados Acumulados.